



ESCOLA SEM PARTIDO E A AMEAÇA A EDUCAÇÃO CRÍTICA E LIBERTADORA

Ramon Roberto de Jesus Barroso ¹
Lana Claudia Macedo da Silva ²

RESUMO

Esse estudo pretende compreender o Projeto Escola Sem Partido e suas consequências para a prática docente, visando analisar o conhecimento dos professores de uma Escola da Rede Estadual de Ensino no município de São Miguel do Guamá sobre as propostas da ESP, seus posicionamentos e concepções sobre o tema. Utilizou-se como metodologia, a abordagem qualitativa dividida em três etapas, a pesquisa bibliográfica que se baseou em teóricos como Freire (1979) (1987) (1996), Miguel (2016), Penna (2016^a) (2016b), entre outros, a pesquisa de campo, onde realizou-se uma entrevista com aplicação de um roteiro semiestruturado a 10 professores da referida escola e a análise dos dados com base na análise de conteúdo. Concluiu-se que os professores embora conheçam o projeto, esse conhecimento ainda é limitado as questões político-partidárias, enquanto que a maioria se posiciona contra a ESP afirmando que está prejudica uma educação crítica e libertadora, existem outros que são cooptados pelas suas ideias, proferindo o discurso da escola como instituição que doutrina seus alunos.

Palavras-chave: Escola Sem Partido, Prática docente, Educação.

INTRODUÇÃO

A Escola Sem Partido é um movimento de cunho político criado pelo jurista Miguel Nagib no ano de 2004 que inicialmente tinha como objetivo, o combate a chamada “doutrinação política e ideologia” presente nas escolas brasileiras, no entanto, passando anos sem maior notoriedade a ESP ganhou força a partir de 2014 quando projetos de leis inspirados em suas concepções começaram a ser apresentados na câmara de vereadores de vários municípios, nas assembleias legislativas e no congresso nacional (MIGUEL, 2016; PENNA, 2016b).

Na concepção da Escola Sem partido o ensino brasileiro estaria contaminado pela ideologia de esquerda e os professores estariam doutrinando seus alunos ao discutirem temas como: política, gênero, sexualidade, questões étnico-raciais, entre

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará - UEPA, robertoramon787@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Sociologia, Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Pará - UEPA, lanacmacedos@gmail.com.



outros temas que permeiam o ambiente escolar. O Movimento propõe uma série de medidas para coibir essas discussões em sala de aula, entre elas, denunciar os professores que por ventura contrariem suas normativas.

Macedo (2017) destaca que na Página da ESP³ a defesa desse projeto é subsidiada por exemplos de uma suposta doutrinação produzida pelo currículo escolar com apoio do Ministério da educação e dos meios de comunicação, por isso propõem a separação do espaço público e privado, colocando a educação sobre responsabilidade do espaço privado da família e a escola sendo responsável apenas pela transmissão de conteúdos.

Nessa perspectiva, Miguel (2016) enfatiza que o Movimento da Escola Sem Partido ganhou maior notoriedade quando passou a combater a chamada “ideologia de gênero” no ensino brasileiro, pois, inicialmente a ideia da ESP se centrava apenas no temor da “doutrinação marxista”.

As discussões em torno da diversidade sexual na concepção desse movimento confundiriam a noção de papéis masculinos e femininos atribuídos naturalmente a cada indivíduo, causando uma desordem social grave que precisa ser combatida, principalmente na escola, onde as crianças estariam mais suscetíveis a “ideologia de gênero”. Nesse sentido, Miguel (2016, p. 601) destaca que:

No momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe à “doutrinação marxista”, o discurso do MESP dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. O foco principal é a “ideologia de gênero”, mas a regra contempla também as posições políticas sobre outras questões e mesmo a teoria da evolução das espécies ou o heliocentrismo.

Entre os projetos de lei inspirado na Escola Sem Partido, que estão em tramitação no congresso nacional, cabe destacar o PL 7180/2014 proposto pelo deputado Erivelton Santana (PSC-BA), que objetiva alterar o Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, incluindo entre os princípios do ensino, o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à

³ Ver: <<http://escolasempartido.org>>



educação moral, sexual e religiosa⁴. Esse projeto repercutiu na mídia social e entre os professores após inúmeras tentativas de votação sem sucesso no ano de 2018.

Os apoiadores desse Projeto de lei argumentam que a escolas por meio dos professores e dos materiais didáticos estariam doutrinando seus alunos, segundo eles, as práticas pedagógicas atuais são de cunho marxista e influenciam os jovens alunos, assim, como a chamada “ideologia de gênero” e o “marxismo cultural”, são influencias dos docentes na vida social dos estudantes.

Cabe destacar que em 2019, uma nova proposição baseada na ESP foi protocolada pela Deputada Bia Kicis (PSL/DF) na câmara dos deputados. Nesse novo projeto, PL 246/19, a autora propõe que os alunos tenham direito de gravar as aulas para que os pais possam acompanhar os processos pedagógicos e avaliar a qualidade do ensino, além da proibição de movimentações partidárias de grêmios estudantis. A ideia do PL é abranger todas as políticas voltadas a educação (Planos, currículos, BNCC, entre outros).

A partir da reflexão e análise de tais PLs, Penna (2016a) conclui que a ESP desconsidera todo o saber profissional do professor, atacando a liberdade de ensino como princípio da educação brasileira. O Professor não é mais um profissional da educação, torna-se apenas um prestador de serviço, se limitando a transmitir conteúdos, isso interfere na própria liberdade do aluno que fica impossibilitado de ter um ensino plural e crítico.

Nesse sentido, a justificativa para realização da pesquisa se dá pelo atual cenário político-educacional brasileiro, onde percebe-se o avanço e o populismo que as propostas da ESP tem alcançado, revelando um quadro preocupante para a atuação do professor, refletindo uma visão social que se tem desses profissionais, visto como doutrinadores para além de outros adjetivos, ou seja, além da precariedade que enfrentam no cotidiano escolar, esses profissionais podem ainda se confrontar a criminalização de sua prática e a censura em sala de aula.

Pretende-se com esse estudo apresentar uma contribuição para que os professores em formação e aqueles que já atuam na Educação Básica, reflitam sobre a importância de não se deixar coagir diante das ameaças da ESP e assim combater a

⁴ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>>



criação de projetos como os citados acima, tendo sempre como foco de sua prática uma educação crítica e emancipadora.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa foi compreender o Projeto Escola sem Partido e suas consequências para a prática docente, visando analisar o conhecimento dos professores sobre as propostas da ESP, debater a opinião desses profissionais em relação as demandas da Escola Sem Partido e refletir sobre as consequências desse projeto para práticas educativas críticas e emancipadoras.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado com base na pesquisa qualitativa, analisando as inúmeras variáveis que essa abordagem proporciona ao pesquisador, considerando as relações sociais, os processos e os fenômenos que permeiam o objeto de estudo. As etapas da pesquisa foram três: **pesquisa bibliográfica** “aquela que se realiza a partir do registro de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc...” (SEVERINO, 2007, p. 122); **pesquisa de campo**, segundo o qual, “o objeto é abordado em seu ambiente próprio” (SEVERINO, 2007, p.123), nela a produção de dados se realiza nas condições naturais em que ocorrem os fenômenos estudados; **análise dos dados**, onde associou-se os achados da pesquisa bibliográfica com as falas de cada sujeito entrevistado na pesquisa de campo, utilizando a **análise de conteúdo** baseado em Bardin como técnica para produção de resultados e discussões.

A técnica utilizada na pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas, com aplicação de um roteiro com perguntas abertas e fechadas. As entrevistas, segundo Severino (2007) são técnicas de produção de informações sobre um determinado assunto pesquisado, diretamente sendo realizada com o sujeito pesquisado, havendo uma interação entre ambos.

Os sujeitos entrevistados foram 10 (dez) professores (as) que atuam nas diversas disciplinas de uma escola da Rede Estadual de ensino na cidade de São Miguel do Guamá, eles estão descritos nesse estudo com nomes fictícios (Maria, Mário, José, Paulo, Antônio, Raimunda, Ana, João, Pedro, Raimundo), desse modo, mantendo a ética e o sigilo da pesquisa.

Os professores (as) entrevistados (as) são na maioria do gênero masculino (7), visto que se abordou uma quantidade igual de professores (5) e professoras (5), porém



duas professoras não se dispuseram a participar da pesquisa. Em relação à média de idade entre os professores (as) é de 45 anos aproximadamente. No que tange a raça, adotou-se a autodeclaração, deixando-os livres para externar sua identidade racial. Dessa forma, prevaleceu a cor parda, ressaltando que na Região Norte e no Estado do Pará há, historicamente, uma predominância da cor parda, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE⁵.

O tempo de atuação desses sujeitos é em média 19 anos e eles apresentam formação inicial em diversas áreas do currículo como História, Biologia, Letras, Filosofia, Sociologia e Pedagogia, entre eles há 3 professores (as) com a graduação, 4 especialistas, 1 mestre e 2 doutores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entrelinhas entre a teoria e a pesquisa de campo: o dizem os professores sobre a ESP?

Analisando as repostas dos sujeitos da pesquisa, observa-se que apenas duas professoras (Maria e Raimunda) não conhecem as propostas do Projeto Escola Sem Partido, porém a Professora Raimunda apresenta uma situação ocorrida a pouco tempo, envolvendo a retirada de apostilas que continham temas que contrariam as ideologias do governo do Rio de Janeiro, que de certa forma contextualiza-se com as demandas da ESP, como se pode notar, a seguir:

Não ouvir falar, não (PROFESSORA MARIA).

Não, ainda não tinha ouvido falar, mas já foi percebido pela sociedade atual como por exemplo, teve um governo aí do Rio de Janeiro que recolheu apostilas e agora ele foi obrigado a retornar devido que é lei você está trabalhando diversos temas em sala que contribuam para formação do aluno, então essa ESP, ela surgiu agora ultimamente? (PROFESSORA RAIMUNDA).

Os professores Ana, João, Pedro e Raimundo, embora tenham ouvido falar, pouco sabem sobre o surgimento e as propostas da Escola Sem Partido. Os demais entrevistados apontam entre outros fatores que as propostas desses projetos se centram na ideia de uma escola apartidária que proíbe discussões de cunho político e que isso

⁵ Ver: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>>.



seria prejudicial na formação crítica dos alunos e na liberdade de cátedra dos professores, tais fatos ficam evidentes nas falas seguintes:

Não estou muito inteirado, não, mais deve ser um projeto da política atual do governo federal, não é isso? (PROFESSOR JOÃO)

Já sim, projeto que tramita na câmara. (PROFESSOR PEDRO)

Eu já ouvir falar, até porque para mim a escola sempre foi sem partido, a escola sem partido é quando ela oficialmente não vai seguir uma doutrinação ideológica, agora o que é curioso em falar a história sem partido e escola com partido, é justamente que a proposta da ESP é uma doutrinação ideológica acusando que a atual escola é uma escola sem partido ou seja uma escola ideológica (PROFESSOR MARIO).

Já ouvir falar, né, falar que é uma escola onde não se pode questionar, debater, sobre questões políticas, partidárias (PROFESSOR ANTÔNIO).

Nesse sentido, Miguel (2016) aponta que de fato inicialmente o Movimento pela Escola Sem Partido difundia que as escolas brasileiras estavam contaminadas de forma política-ideológica, sobretudo, focava no temor da “*doutrinação marxista*”, ideia que vem se apresentando desde a ditadura militar, no entanto, seus projetos começam a ganhar maior visibilidade e passam a ser abraçados por todos os grupos conservadores da política brasileira, a partir do momento em que insere uma outra vertente, o combate a *ideologia de gênero*.

A partir da junção das ideias de combate a doutrinação marxista e ideologia de gênero nas escolas de todo o país surgem os projetos que tramitam no congresso e em câmaras estaduais e municipais. Concordando com Miguel (2016) enfatiza-se que na verdade, esses projetos amordaçam a liberdade de ensinar garantida em lei aos professores, revelando a criminalização da docência e impeditivo que os alunos tenham estímulo à formação de um pensamento crítico, à capacidade de reflexão e autonomia, entendo que a liberdade de ensinar/aprender são indissociáveis, como ressalta o artigo 206 da CF de 1988, no qual um dos princípios do ensino é a “ II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;” (p.123)

Portanto, na visão propagada pela ESP a escola é apenas um lugar de instrução, limitando-se a função de transmissão de conhecimentos, sem diálogo com as realidades dos alunos, argumenta Penna (2016). Esse autor também enfatiza que não problematizar e pluralizar representações segundo os alunos estão sendo socializados, reforçando representações únicas e excludentes, apenas reforçam as desigualdades existentes em nossa sociedade.



O que pensam os professores sobre as propostas da ESP?

Analisando os discursos dos entrevistados, a priori nota-se que por não conhecer o projeto, a professora Maria não se posicionou em relação ao questionamento, assim como a professora Ana que argumenta conhecer pouco as propostas da Escola sem partido e por isso não tem uma opinião fechada sobre o projeto.

A professora Raimunda embora não conheça a ESP, considera importante debater em sala de aula, temas que vão além dos conteúdos de sua disciplina e proibir as discussões de temas como a sexualidade vão contar os princípios da educação brasileira.

Os professores Mario, José, Paulo, Antônio e João, se mostram contra o pensamento propagado pela ESP, argumentando que discussões políticas fazem parte da vida dos alunos e a escola não pode formar cidadão apolíticas e sem consciência crítica, pois isso os torna pessoas alienadas que de certa forma acreditam cegamente que suas realidades não podem ser transformadas, os professores discorrem que:

Eu acredito, Como eu falei anteriormente, a escola ela é sem partido, agora quando eles falam uma escola sem partido é justamente no sentido ideológico e como é que pode um profissional, um ser humano né, ser desprovido de uma ideologia, sobre esse aspecto não existe uma escola sem partido, mas vale sempre dizer que a escola sem partido proposta é uma escola onde a ideologia vai ser basicamente a ideologia do governo (PROFESSOR MARIO).

É fazer com que as pessoas acreditam piamente no poder e que tudo que está acontecendo está ótimo, como muitas pessoas estão fazendo e que você não pode, a pessoa não possa se manifestar a sua vontade, os seus pensamentos, as suas ideologias (PROFESSOR JOSÉ).

Olha, eu acho o seguinte, nós não podemos formar cidadãos apolíticos, para que o cidadão, para que o jovem, ele possa ser um cidadão crítico né ele precisa ser um ser político, que conheça seus direitos e deveres e que também tenha condições de lutar por eles, pelos seus direitos, e eleger representantes ou escolher representantes que o representem, então a gente fala de política (PROFESSOR PAULO).

Eu sou contra essa atitude eu acho que é uma atitude autoritária, eu acho que a escola é um espaço para discussão para o debate, construção de conhecimento e principalmente na questão do que eu trabalho que a filosofia é importante ter debates, sou conta essa ESP (PROFESSOR ANTÔNIO)

Ao meu ver se estou um pouco inteirado, a ESP visa, a não pronuncia do docente com relação ao posicionamento político, ao meu ver isso acaba alienando muitos os discentes, o fato de você não poder se posicionar dentro de uma sala de aula com relação a ação política do país, porque eu acho que dialogar sobre política não é necessariamente defender determinado partido dentre de uma sala de aula, mas o que você precisa fazer em um ambiente



político para poder garantir os nossos direitos constitucionais, que é o direito à saúde, educação transporte, lazer.(PROFESSOR JOÃO)

No pensamento do professor Pedro, a ESP é “*uma das coisas mais sem sentido que já ouvir falar, porque não existe pessoas sem ideias*”, isto é, as ideias, pensamentos, ideologias são inerentes ao ser humano, concordando com Freire (1979) de que não há seres humanos sem ideologias, e muito menos esses sujeitos são tabulas rasas, dessa forma, evidencia-se a Escola sem partido baseada em um modelo de educação bancária em face de um ensino libertador (FREIRE, 1987) que prima por manter o aluno em sua condição de oprimido.

O professor Raimundo argumenta de encontro aos demais professores, acreditando que existe uma censura dentro das escolas e universidades que estão “dominadas pelas ideologias da esquerda”, esse pensamento concerne aos discursos conservadores e aos ideais difundidos pelo MESP.

Sobre essas assertivas, reflete-se que proibir as discussões de cunho político, para além de questões partidárias e temas de cunho social dentro das escolas contariam os princípios da Constituição Federal (1988) e da lei de Diretrizes e Bases da educação (1996) que concebem a escola como um espaço de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber. Além disso não oportuniza aos alunos uma formação crítica e para a cidadania que contemple o respeito com as diferenças.

Nesse sentido:

O programa escola sem partido desconsidera o saber profissional dos professores, por isso exclui dos princípios da educação a sua liberdade para ensinar e a pluralidade de concepções pedagógicas. O professor não é mais um profissional da Educação, mas apenas um prestador de serviços, que, segundo a proposta, deve limitar-se à transmissão da matéria (PENNA, 2016, p. 51).

Dessa maneira, de acordo com os discursos presentes na ESP, o professor não pode formar cidadãos críticos capazes de refletir, questionar e problematizar a realidade em que vive. Esse entendimento faz com que qualquer discussão que se diferencie daquilo que a ideologia da ESP acredite, seja condenado a censura.

Esse pensamento contempla a ideia proferida pelo professor Raimundo, que acredita que as práticas pedagógicas das escolas estão contaminadas pelas ideologias da esquerda, ou seja, é necessário pensar em professor “neutro” que não apresente outras possibilidades para os alunos além das ideologias dominantes em nossa sociedade. No



entanto, Freire (1979) ressalta que não existe imparcialidade. Todos os seres humanos são orientados por uma base ideológica. A questão é se essa base ideológica é inclusiva ou excludente?

A influência da ESP nas práticas educativas críticas e emancipadoras.

A priori, observou-se que apenas a professora Maria não soube responder esse questionamento, enquanto que os demais sujeitos argumentam que de fato a ESP influencia em suas práticas pedagógicas, sendo que um deles (Professor Raimundo) aborda isso de forma positiva, na medida em que diz que seu posicionamento é censurado pela esquerda e com a criação de uma lei seria mais livre para manifestar suas opiniões, segundo ele:

Sim. À medida em que poderei falar sem ser censurado pela Esquerda. Partido todo mundo vai ter um. A censura é que não pode acontecer, como aconteceu com a exibição do filme 1964: o Brasil entre armas e Livros. (PROFESSOR RAIMUNDO)

Os demais professores abordam essa influência de forma negativa, enquanto que o docente Pedro diz que não seria interferência em suas práticas pois nunca se deixou levar pelo pensamento dominante. É interessante ressaltar o posicionamento dos professores Mario, José, Antônio e João, na medida em que eles destacam que a ESP prejudica a formação crítica dos alunos sobre qualquer aspecto de sala de aula, principalmente se tratando de assuntos relacionados as minorias sociais e em conteúdo que precisam estabelecer debates que desconstruam pensamentos dominantes, a proibição torna os educandos futuros cidadãos alienados. Destaca-se a seguir o posicionamento de dois professores, segundo eles:

Eu acredito, porque se o projeto escola sem partido ele vem de encontro com o modelo atual de intervenção do professor junto as minorias sociais, junto a esse novo cenário da interculturalidade, então a escola vai, essa ESP vai, ela tenta de uma forma, pelo menos em seu projeto inicial, ela tenta de uma forma silenciosa e camuflada fazer um mudança, como eu falei, as pessoas continuam sem ideologia, mas ela quer fazer uma formatação ideológica de um governo ou de um modelo político que para mim não é melhor (PROFESSOR MARIO).

No momento que for criado um projeto e ele for aprovado não podemos nos manifestar em nada, eu sou professor de biologia, eu só posso dar meu conteúdo, eu não posso formar mais cidadão crítico, que isso pela democracia, pela luta de classes foi um dos pontos básicos que nós lutamos, que é o direito de expressar, o direito de entender (PROFESSOR JOSÉ).



Nessa perspectiva, concorda-se com o pensamento de Freire (1996) ao afirmar que “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”.

Na concepção da professora Ana a neutralidade do qual reivindica a ESP nas práticas pedagógicas dos professores é perigosa, ela ameaça os direitos dos professores e a formação do aluno, ela reforça a ideia que não existe um professor neutro. Dessa forma, Freire (1979) dizia que:

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um “compromisso” contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros (FREIRE, 1979, p. 23).

O Professor Paulo e a professora Raimunda fazem uma alerta importante. Segundo o professor Paulo, de certa forma a ESP já é uma realidade nas escolas brasileiras, principalmente com a ascensão do novo presidente. A professora Raimunda ressalta que ela jamais discutiria em sala de aula temas proibidos por alguma lei, reforçando a opinião do professor Paulo.

Nesse sentido, Aleixo & Almeida (2017) apontam que os projetos da ESP consistem em mudanças consideráveis na legislação educacional do nosso país e isso implica, direta ou indiretamente, no funcionamento da escola, na gestão e na autonomia dos professores, em relação a essa última, essas autoras argumentam que:

[...] constata-se uma tentativa política de interferir na autonomia do professor e afastando discussões sociológicas, históricas e filosóficas do âmbito escolar em detrimento da aproximação do espaço escolar com os preceitos moralizantes e religiosos (ALEIXO; ALMEIDA, 2017, s.p).

Dessa forma, a teoria contempla o posicionamento da maioria dos professores entrevistados ao demonstrarem preocupação com as proposições da ESP, entendendo que elas interferem na autonomia do docente e contrária as legislações existentes que direcionam os conteúdos e práticas em sala de aula, dessa forma:

O PL propõe que os professores sigam as regras determinadas por um Estado já não mais laico, tampouco voltado para a conscientização cidadã. O reconhecimento do direito de alguns e a negação do direito de outros evidenciam as marcas conservadoras do projeto, o que o contradiz, se o compararmos com o discurso democrático trazido no texto constitucional. (ALEIXO; ALMEIDA, 2017, s.p).

Dessa maneira, Aleixo & Almeida (2017) ressaltam que um professor impedido de dialogar com seus alunos qualquer tema, não somente tem sua atuação negligenciada como compromete um trabalho crítico e reflexivo em sala de aula, dessa maneira, para



essas autoras a ESP não somente “ tolhe a prática pedagógica do docente como censura e limita o campo de observação dos alunos ” (ALEIXO; ALMEIDA, 2017, s.p).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a postura dos (as) professores (as) em relação ao projeto Escola Sem Partido, nota-se que a maioria (8 entrevistados (as)) conhecem as propostas desses projetos, no entanto, esse conhecimento ainda é limitado, tem-se a ideia de que a ESP interfere apenas nas discussões de cunho político-partidários dentro da sala de aula.

Embora a maioria dos sujeitos da pesquisa apontem para a interferência negativa da ESP em suas práticas pedagógicas ao limitar determinados debates em salas de aula, além de interferir na liberdade de cátedra dada ao professor, outros apontam isso de forma positiva, sob a lógica dos discursos conservadores, revelando a captura desses profissionais na ideia da escola como instituição que doutrina seus alunos.

A pesquisa nos mostra uma limitação no conhecimento dos docentes em relação as pautas da ESP, revelando um dado importante e perigoso, na medida em que se observa o avanço da Escola Sem Partido no meio social, não se pode dizer o mesmo em relação a produção de conhecimento e debates em torno do tema, conseqüentemente essas reflexões não atinge as escolas, deixando os professores sem informações necessários para construir seus posicionamentos e a resistência necessária frente a esse projeto.

Conclui-se que para a ESP o (a) professor (a) não passa de um mero transmissor de conteúdos e os alunos são os receptores sob a lógica da Educação Bancária apontada por Paulo Freire, portanto, não há espaço para reflexões e questionamentos diante do conhecimento que se pretende construir em uma relação de ensino-aprendizagem. Tal assertiva nos mostra que o objetivo desse projeto é torna os alunos meros cidadãos alienados, sujeitos a qualquer domínio, sem emancipação e consciência crítica.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, K. M. dos S.; ALMEIDA, C. B. Escola Sem Partido: há interferência na autonomia do professor?. **Revista Educação pública**, Rio de Janeiro: 2017. Disponível em<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/12/escola-sem-partido-h-interferencia-na-autonomia-do-professor>>. Acesso em 01 out. 2019.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 10. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 12ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, P. 507-524, 2017.

MIGUEL, L. F. “Doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, P. 590-621, 2016.

PENNA, F. A. O ódio aos professores. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.) **A ideologia do movimento Escola Sem Partido:** 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016a.

_____. Programa “Escola sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmem Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; Martins, Marcus Leandro Bomfim (Org.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016b.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.